

## DA REVIVESCÊNCIA DE "MITOS" EM ARTIGOS JORNALÍSTICOS DOS ANOS 70

---

*Luisa Soares Opitz*

[Il faut] se tenir prêt à accueillir chaque moment du discours dans son irruption d'événement; dans cette ponctualité où il apparaît, et dans cette dispersion temporelle qui lui permet d'être répété, su, oublié, transformé (...)

M. Foucault, *L'archéologie du savoir*, p. 37.

Que o jogo da descontinuidade ponha em causa noções históricas já feitas é o que pretende Foucault, fascinado com a "pontualidade" de cada momento discursivo.

O impacto que permitiria tratar qualquer acontecimento discursivo "dans le jeu de son instance", não pode talvez fazer esquecer, no entanto, uma daquelas noções que, segundo o autor, "diversificam o tema da continuidade". Sendo uma delas precisamente a tradição "[qui] vise à donner un statut temporel singulier à un ensemble de phénomènes à la fois successifs et identiques (ou du moins analogues)" (ibidem, p. 31).

Se este tema da continuidade pode ser visto, é verdade, como factor de uma posição tanto cómoda como transcendentemente tranquilizadora, é certo também que "la description des énoncés s'adresse, selon une dimension en quelque sorte verticale, aux conditions d'existence des

différents ensembles signifiants" (ibidem, p. 143). Descrição essa que levaria, ainda do ponto de vista de Foucault, a um paradoxo: "(...) l'énoncé est à la fois non-visible et non-caché. Non caché, par définition, puisqu'il caractérise les modalités d'existence propres à un ensemble de signes effectivement produits" (ibidem, p. 143). Mas, por outro lado, "Il faut une certaine conversion du regard et de l'attitude pour pouvoir le reconnaître et l'envisager en lui-même" (ibidem).

Esta posição sobre o enunciado remete forçosamente o autor para aquela inevitabilidade de que é preciso "interrogar" a linguagem "(...) dans la dimension qui le donne; négliger le pouvoir qu'il a de désigner, de nommer, de montrer, de faire apparaître, d'être le lien du sens ou de la vérité, et s'attarder en revanche sur le moment – aussitôt solidifié (...) qui détermine son existence singulière et limitée" (ibidem, p. 146).

Se esta emergência do sentido, sustentada por esta "pontualidade" discursiva, consubstancia a tese da descontinuidade epistemológica desejada, parece-me que uma posição menos radical pode melhor servir os desígnios que chamaria de *etnolinguísticos*.

Quando no meu artigo "Don Sébastien: des faits de croyance aux effets de langage" (1992) sugeri, para uma nova etnolinguística, o estudo de certos fenómenos linguístico-culturais, estava implícita e substancialmente a defender um compromisso: o de uma relação transdicotómica que qualquer posição discursiva retém em si mesma. Isto é, ao assumir-se uma posição discursiva como uma instanciiação socialmente determinada, admite-se (sem temer suspeições demasiado fatalistas) a possibilidade mesma do dinamismo da criação de sentido, exposta a uma necessidade histórica determinante.

Que num fenómeno histórico-cultural como o sebastianismo se inscreva simultâneamente o centro de uma tradição-memória revitalizada, assim como uma desconstrução enunciativamente única (e "solidificada" como diria Foucault) é o que talvez se possa continuar a defender. Daí a insistência, agora mais explicitamente manifesta, de uma continuidade – descontinuidade que tomaria a forma de *efeitos de linguagem*, radicados em *factos de crença*.

Assim visto um processo enunciativo presente, ou melhor dizendo, presentificado, não me parece descabido tentar recolher nesse mecanismo procedural eminentemente histórico, que seria a passagem de factos de crença a efeitos de linguagem (de que o sebastianismo seria um exemplo), as bases para um estudo do que ainda continua descurado, a saber questões de evolução semântica, ligadas à nossa própria identidade.



Se numa acepção alargada, o mito pode corresponder a uma forma memorial de cristalização afectiva de um fenómeno ou processo "traumatizante" (ou até talvez edificante ou explicativo), processo esse quer individual quer colectivo, é possível também conceber (como concebeu Lévi-Strauss, de quem aquela definição se inspirou para o caso de cura, através do mito vivido individual), a existência de "um modelo de uma estrutura pré-existente", pela qual, aliás, a função simbólica se realiza. Se, por outro lado, como também afirma o autor de *Anthropologie Structurale*, "tout mythe est une recherche du temps perdu", seria, a meu ver, de encarar a hipótese de uma revivescência do / ou de um conteúdo simbólico permitido pelo mito, através do que chamei de *forma memorial*, forma essa a que não estaria alheia uma identidade sujeita, aliás, a metamorfoses que a própria memória colectiva consecutivamente re-compõe. E aqui pareceria então oportuno aduzir aquelas formações discursivas tão caras a Foucault, não deixando, no entanto, de lado, aquela unicidade, ou melhor, pontualidade do processo enunciativo.

Ao distinguir no mito "grandes unidades constitutivas", a que atribuiu o nome de "mythèmes" (à semelhança dos morfemas e semantemas do sistema linguístico), Lévi-Strauss, pretendendo consolidar os moldes estruturais subjacentes, não podia inevitavelmente deixar de abrir caminhos para um processo de dissolução que ele próprio, em *L'origine des manières de table*, reconhece para a passagem do mito ao romance, através do fenómeno da serialidade.

Mas há um outro aspecto importante que acho dever ser realçado: o de uma espécie de *distenção* daquelas grandes unidades constitutivas que permite a evolução do próprio sentido ( neste caso mítico).

Os mitemas estariam então sujeitos a uma *des-conjunção*, chame-mos-lhe assim, que, patente na própria organização ou des-organização da transferência metafórica, conduziria circunstancialmente àqueles efeitos de linguagem enraizados inicialmente em factos de crença, agora cristalizados num jogo discursivo que certos momentos históricos favorecem.

Quando Eduardo Lourenço em "O fim do circo?" (in *O Fascismo nunca existiu*) se refere à utilização, por um comentador político de "metáforas que relevam do jogo de futebol ou da simples jogatina, duas paixões pátrias bem conhecidas" (ibidem, p. 159) considera-as "adequadas para traduzir a incrível balbúrdia (ainda não sangrenta) em que, por culpa de vária e oposta gente, se deixaram afogar as perspectivas

redentoras e revolucionárias do longínquo 25 de Abril". (E isto num artigo jornalístico escrito em dezembro de 75).

Curiosamente, essa "incrível balbúrdia" e esse "circo" discursivos podem ter a vantagem, numa perspectiva descritiva, de mostrar e pôr à prova as circunstâncias que codificam momentos interessantes de história da língua.

A análise só de alguns textos jornalísticos de 77, todos eles do *Expresso*, circunscritos ao tema do presidencialismo, e em que a afirmação e a saturação de dois mitos – o sebastianismo e o bonapartismo – figuram a título de grande efervescência política, serviam os nossos propósitos.

Limitemo-nos, agora, a algumas observações que sugerem um pouco da "démarche" de uma investigação que pretendo prosseguir.

Começemos, antes de mais, pela utilização do termo de *sebastianismo* ou de *D. Sebastião* por Eduardo Lourenço em dois artigos jornalísticos, também eles de 77 (coligados depois em *O complexo de Marx*, 1979).

Um, "O homem da moca" (publicado no *Diário Popular* de 22/3/77), refere, a propósito do General Galvão de Melo, o seguinte: "A verdade é que esse fascismo latente se encontra hoje disseminado por quase todo o tecido político, português, à espera de encontrar para o exprimir como convém o eterno Desejado de todas as nossas frustrações colectivas. Não sabemos se o deputado 'independente' do CDS tem estofos para D. Sebastião (...)" (p. 84).

Se, por um lado, "O Desejado" se encontra contextualizado de forma a referenciar e indiciar a reversibilidade de uma figura que se institui símbolo das "frustrações colectivas" portuguesas, através de "o eterno Desejado", por outro lado, o termo D. Sebastião surge (e só podia ser ironicamente) num contexto hipotético em que se põe em causa a qualidade superlativa de alguém para ser designado ou apodado (conforme a benevolência do olhar) de D. Sebastião ...

Teríamos então, dito de outro modo, para o termo "Desejado" uma noção – epíteto instanciada num contexto sintáctico-semântico ligado a motivo traumatizante (como o das "frustrações") enquanto, no caso de "D. Sebastião" uma noção ligada a um "alto grau" (na terminologia de Culioli) de características circunscritas ao campo semântico de "estofos", instalando-se portanto na esfera de "alta personalidade" que seria o eterno D. Sebastião, afinal de boa memória ...

Só que dizer "alta personalidade" não significa por si só uma positividade simbólica, daí a fina ambiguidade de que o termo de D. Sebas-



tião se reveste (revestido que estava, em termos retóricos, de valores tanto de antonomásia<sup>1</sup> como de sinedóque "croissante"<sup>2</sup>).

Sendo assim, este termo recolhe a consubstanciação mitémica que o potencial sémico/semântico lhe assegura, assim como a "generalização de um modelo". E então "tant pis" para aquelas figuras humanas que não podem ter o estatuto de figurante mítico, neste caso representação máxima das tais "nossas frustrações colectivas"...

O segundo exemplo, retirado também de *O complexo de Marx*, de um artigo publicado no *Diário Popular* de 21/12/77, com o título "A miragem presidencial", tem a ver, desta vez, com a utilização do termo "sebastianismo": "Enquanto a Constituição actual vigora, enquanto o Presidente for quem é, a hipótese presidencialista é uma *pura miragem*. Mas o que não é miragem é o *grito mudo* (passe a célebre expressão), o *conteúdo político* que ela manifesta que é um pouco mais (ou um pouco menos) do que o eterno avatar do Sebastianismo lusíada". Para se perceber melhor o que faz aqui a expressão "o eterno avatar do Sebastianismo lusíada" talvez seja oportuno transcrever mais um pouco do texto de Eduardo Lourenço: "O presidencialismo imposssível e inviável que do General Eanes se reclamará em vão é o contraponto e a exigência profunda da Nação que com ele conta para *impor* aos partidos um objectivo nacional e no caso extremo para *sobrepôr* aos interesses partidários o interesse da Nação. Mas esse fantasma 'presidencialista' (...)" (p. 158).

Se o termo "eterno" parece interessar Eduardo Lourenço em contextos que têm a ver com Sebastianismo ou seu(s) avatar(es) (lembre-se o adjectivo em "o eterno Desejado" do artigo anteriormente citado), não será de estranhar o seu uso pela longevidade acrescida, que uma "intelligentsia" mais ou menos mediática afinal faz questão em conferir a um mito ou figura mítica, por mais (ou menos) desejados que tenham sido num contexto ideológico onde a crença em factos já é mais crença

---

<sup>1</sup> Cf. Morier, (1981): "Figure par laquelle on remplace a) un nom commun par un nom propre ou b) un nom propre par un nom commun: a) un Zoile (um envieux) (...) b) le Malin (Satan).

<sup>2</sup> Expressão de Morier no seu Dicionário: "A. La synecdoque croissante (...)

4. généralisation d'un modèle: on nomme une unité pour un ensemble  
Dons Quichottes de l'arbitraire  
(...) un machiavel

5. représentation symbolique d'un ensemble  
On nomme une personne ou un personnage au singulier pour désigner tous ceux qui lui ressemblent.[John Bull, Oncle Sam]."

nos efeitos de linguagem. Efeitos de linguagem que têm certamente aqueles resíduos mitêmicos que garantem a sobrevivência do mito, e que no trecho de Eduardo Lourenço, guardadas as devidas distâncias, se traduzem em termos como "impossível", "inviável", "fantasma", outros tantos elementos parafrásticos para se entender o que de "sebastianismo lusíada" (lusíada talvez seja aqui um tanto pleonástico) quer dar a entender o autor de *O complexo de Marx*.

Que a problemática do presidencialismo ou semi-presidencialismo, nos meses conturbados de 77, fosse conteúdo privilegiado para aquela "balbúrdia" discursiva de que falava Eduardo Lourenço, já em 75, é caso que não deixa dúvidas. E se os artigos jornalísticos (e estamos agora a referir-nos ao *Expresso*) duma "balbúrdia" exterior gostosamente se fazem eco, não podiam ao mesmo tempo prescindir daquela convulsão discursiva que, emblematicamente, cabia afinal à imagem do jornal e do seu público.

Uma repetição sistemática de uma expressão, mesmo se em termos retóricos de quase anáfora, pode, com certeza, ganhar foros de obsessão, por mais exteriores que pareçam ser as motivações dela. É o que acontece num artigo do *Expresso*, de 18 de Junho de 77, que, sob a pena de Marcelo Rebelo de Sousa, e intitulado "O sebastianismo – a doença infantil do semi-presidencialismo", escande treze vezes termos da esfera morfológica de sebastianismo: sebastianismo – nove vezes (sem contar com o título); D. Sebastião – uma vez, anti-sebastianismo – uma vez (num sub-título), anti-sebastianista – uma vez; sebastiânico – uma vez. E isto em meia página jornalística.

Tratando-se, como se trata, dos perigos de um presidencialismo a tempo inteiro (quase apeteceria dizer) a ser "colado" (esta expressão é do autor do artigo) à personalidade do presidente da altura – Eanes, a tentação manifestava-se grande para uma declinação quase exaustiva, senão exausta, de um termo que, ressuscitável em circunstâncias políticas de grande indecisão e desamparo generalizado (e ainda mais generalizado graças à opinião pública mediática), parecia corresponder, homologicamente, ao clima existente; e criado afinal também, insistia-se, por uma pontualidade enunciativa bem solidificada.

Uma descrição aturada dos contextos linguísticos que regem o termo de sebastianismo no corpus privilegiado que é o do artigo "O sebastianismo, a doença infantil do semi-presidencialismo" seria certamente muito elucidativa para a fórmula, já preconizada, dos *efeitos de linguagem*.

Mas esses efeitos de linguagem não prescindem, no entanto, de alguma crença. Se se diz "E, no entanto, Ramalho Eanes não é D. Se-



bastião, nem pode pretender sê-lo", é porque na negação se esconde a possibilidade de existência (no seu sentido ontológico), o que parece contrariar a negação persistente com que o autor pretende afastar o fantasmagórico (a expressão é nossa) sebastianismo.

Por outro lado, temos de reconhecer que as coisas linguísticas tem o seu sabor. Se recentemente se falou muito em "o tabu de Cavaco", em 77, houve quem falasse no "D. Sebastião dos Sindicatos" (título de um artigo do *Expresso* de 15/10/77) a propósito de um ministro do Trabalho. Desfazer tabus de chefes de governo ou instaurar para os sindicatos um D. Sebastião são práticas linguísticas de grande efeito e enfeite. Não deixa de ser útil e talvez mesmo gratificante (a título meramente científico) ter esses motivos para estudo-futuro, já quando outros mais ou menos simpaticamente àqueles se vierem miticamente juntar.

### **Bibliografia citada**

- FOUCAULT, M. , 1969 , *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard.  
LÉVI-STRAUSS, E., 1974, *Anthropologie structurale*, Paris, Plon.  
———, 1976, *L'Origine des Manières de Table*, Paris, Plon.  
LOURENÇO, E., 1976, *O fascismo nunca existiu*, Lisboa, Publicações D. Quixote.  
———, 1979, *O complexo de Marx*, Lisboa, Publicações D. Quixote.  
MORIER, H., 1981, *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*, Paris, Presses Universitaires de France.  
SOARES-OPITZ, L., 1992, "D. Sébastien: des faits de croyance aux effets de langage", in MIRANDA, M. R. (Dir.), *De la Péninsule Ibérique à l'Amérique Latine. Mélanges en l'honneur de Jean Subirats*, Presses Universitaires de Nancy, 219 – 224.